

A PRODUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS PELA DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS DURANTE O PLANO DE AÇÃO DE CARVALHO PINTO: INVENTARIAMENTO DE PRÉDIOS A PARTIR DO *DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO*

Gabriel Deller de Aguiar (PIBIC/CNPq/FA/Uem), André Augusto de Almeida Alves (Orientador), e-mail: almeida.alves@gmail.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Tecnologia/Maringá, PR.

Ciências Sociais Aplicadas, Arquitetura e Urbanismo

Palavras-chave: plano de ação, carvalho pinto, obras públicas

Resumo:

O presente projeto de iniciação científica insere-se no conjunto de pesquisas dedicadas à produção de prédios públicos durante o Plano de Ação de Pinto (1959 – 1962). Tal produção é abordada do ponto de vista da infraestruturação do território enquanto parte do processo de modernização paulista e brasileiro, conforme Segawa (1988, 1999) e Lamparelli, Camargo e George (1997). As atividades focalizam o inventariamento de prédios construídos Diretoria de obras Públicas do Estado de São Paulo durante o período, a partir das informações contidas nos exemplares do *Diário Oficial do Estado de São Paulo* publicados no período da gestão deste governador.

Introdução

O Plano de Ação (1959-1962) – PAGE - elaborado em 6 meses por Carvalho Pinto, governador do estado de São Paulo, foi um conjunto de diretrizes organizados com objetivo de promover o desenvolvimento do referido estado, de forma integrada e planejada. Ele estrutura-se em três setores: 1) infraestrutura, 2) expansão agrícola e industrial – com o financiamento da indústria de base e a constituição de uma rede de fomento agrícola – e 3) investimentos para a melhoria das condições do homem – educação, cultura e pesquisa, justiça e segurança pública, saúde pública e sistemas de água e esgoto – inserindo a dimensão do desenvolvimento humano no planejamento estatal da época (São Paulo (Estado), 1959). A Diretoria de obras Públicas – DOP – atuou neste período tanto no setor de infraestrutura através da construção e do financiamento de pontes por todo o estado, quanto na melhoria das condições do homem, com a construção de escolas, hospitais e delegacias.

Materiais e métodos

Em um primeiro momento foi apresentado o Plano de Ação como um todo e seus desdobramentos na Diretoria de obras Públicas, analisados com base em textos e artigos científicos além de documentos do estado de São Paulo como o próprio Plano de Ação e as mensagens enviadas anualmente pelo governador do estado à assembléia legislativa. A partir desta contextualização as análises foram feitas através do cruzamento dos dados levantados nos Diários Oficiais do Estado de São Paulo – DOSP -, que apresentam concorrências, contratos e diversas notícias relacionadas ao objeto de pesquisa.

Resultados e Discussão

No organograma da máquina governamental de Carvalho Pinto a Diretoria de Obras Públicas, chefiada pelo Engenheiro Pietro J. G. Ghirardi, funcionava, juntamente com o Departamento de Águas e Esgotos (DAE) e o Departamento de Estradas e Rodagem (DER), dentro da Secretária de Viação e Obras Públicas, chefiado pelo Brigadeiro Faria Lima, subordinado por sua vez ao governador do estado.

Dentro do Plano de Ação coube a esta diretoria a realização das obras relacionadas a melhoria das condições do homem e de pontes municipais, totalizando 32,7% de todos os investimentos.

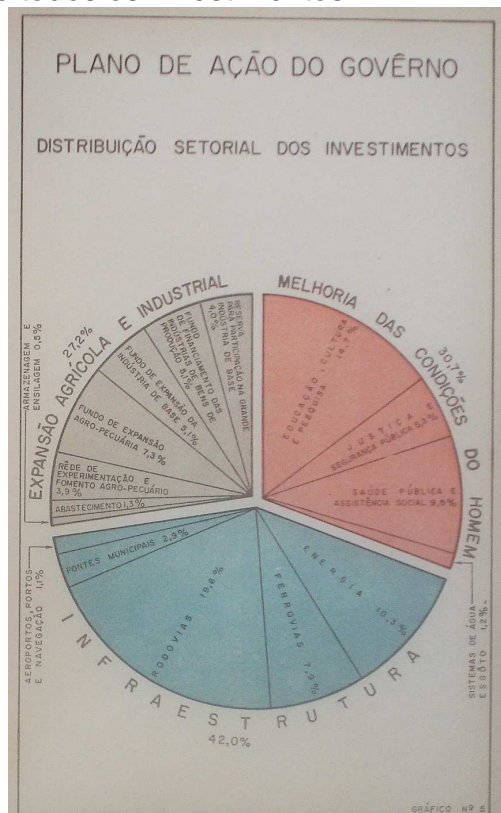


Fig.1 : Plano de Ação do Governo – Distribuição setorial dos investimentos.
Fonte: (São Paulo, 1959)

Ao fim dos levantamentos foram sistematizados 441 contratos e 682 concorrências públicas para obras, sendo destes contratos 108 para construções na capital e 333 no restante do estado.

Tendo em vista o grande número de obras previstas não somente pela DOP, mas em todo o Plano de Ação, Carvalho Pinto orienta, através de um memorando destinado aos secretários do governo, que estas se abstenham de toda requinte supérfluo e sejam austeras, eficientes e funcionais (Alves, 2008)

Estes critérios de projeto se relacionam diretamente aos ideais da arquitetura modernista, e apesar da maioria das obras contratadas pela DOP serem delegadas a engenheiros, vários arquitetos realizaram projetos no estado durante o PAGE, principalmente aqueles referente a escolas.

A partir da análise dos dados obtidos durante a pesquisa observou-se apenas 30 contratos de obras destinados á arquitetos dentro da DOP nos dois primeiros anos do Plano de Ação, sendo o profissionais contratados, Ramos de Azevedo, João Carlos Brass, Oswaldo Corrêa Gonçalves, Christiano S. das Neves, Rino Levi, entre outros. Este fato demonstra a participação de arquitetos não só modernos, como Oswaldo Corrêa Gonçalves, mas também ecléticos na elaboração de projetos pela DOP, uma vez que nomes de formação clássica como Ramos de Azevedo e Christiano S. das Neves se destacaram no cenário arquitetônico por obras com este caráter.

Através da sistematização dos dados observa-se que a grande maioria das obras contratadas são direcionadas a firmas de engenharia e empresas construtoras privadas, se destacando a Firma Engenharia e Construções Barker Ltda. e Firma Albuquerque e Takaoka Limitada com 26 e 21 contratos assinados respectivamente.

Dos 441 contratos sistematizados, 215 se referem a pontes municipais, 56 a grupos escolares, 16 ginásios estaduais, 70 delegacias e penitenciárias 17 hospitais e unidades de saúde, e 83 obras de menor porte.

No que tange ao número de dados, a discrepância no número de contratos em relação ás concorrências públicas abertas pela DOP e publicadas no DOSP, levanta alguns questionamentos a respeito da fonte de pesquisa, quanto a publicação da totalidade de contratos assinados nos Diários Oficiais.

Conclusões

A pesquisa chega até o presente momento com 100% dos dados levantados e um banco de dados com 441 contratos e 682 concorrências, além de 358 notícias levantadas nos Diários Oficiais, que tratam diretamente acerca do Plano de Ação e da D.O.P. Está análise possibilitou a visão geral sobre o funcionamento e a atuação da D.O.P no Plano de Ação do Governo de São Paulo, ofereceu novas informações referentes ao governo de Carvalho Pinto que se complementam a pesquisas já realizadas, e indicou novos

questionamentos acerca do objeto de estudo, instigando novas análises e pesquisas.

Espera-se que os resultados obtidos contribuam para uma visão mais global das iniciativas de produção de prédios públicos pelo governo do Estado de São Paulo, que as coloque sob uma nova lente, a dos contatos e imbricações da atuação de diferentes organismos estatais.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, e a paciência, encorajamento e a orientação do Prof. Dr. André Augusto de Almeida Alves

Referências

ALVES, André Augusto de Almeida. **Arquitetura escolar paulista 1959 – 1962: o PAGE, o IPESP e os arquitetos modernos paulistas**. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – São Paulo: FAUUSP, 2008a.

CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros. **Arquitetura forense do Estado de São Paulo: produção moderna, antecedentes e significados**. 2007. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

LAMPARELLI, Celso Monteiro; CAMARGO, Azael Rangel; GEORGE, Pedro Conceição Silva. **Nota introdutória sobre a construção de um objeto de estudo: o urbano**. Cadernos de Pesquisa do LAP, São Paulo, n. 17, p. 15-54, 1997.

SAO PAULO (Estado). Governo do Estado. **Plano de ação 1959 – 1963: administração estadual e desenvolvimento econômico-social**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1959.

SEGAWA, H. **Construção de ordens: um aspecto da arquitetura no Brasil, 1808 – 1930**. 1988. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) - FAUUSP, São Paulo, 1988.